

Amazônia — em busca de sensatez

JORGE WILHEIM

"O meu trabalho é pra frente, eu não penso só no hoje não."

Davi Kopenawa Yanomani

A recém-falecida historiadora Barbara Tuchman descreveu, em atraente porém discutível tese ("A Marcha da Insensatez", 1985), importantes decisões políticas tomadas no passado que acarretaram resultados diametralmente opostos aos pretendidos pelos tomadores de decisão.

A atual, inevitável e benfazeja polêmica sobre a Amazônia, nossa atual fronteira agrícola, revela aspectos emocionais a turvar a razão e vasta ignorância dos fatos, em que pese a existência de raras pessoas que já conhecem profundamente o problema. Afortunadamente, agora que estourou a polêmica, a existência real de um confronto de idéias divergentes poderá, em tese, evitar decisões precipitadas e tomadas de afogadilho, políticas superficiais mal ajambradas, demagogia e inoperância, atrasando e enviesando uma ação adequada e urgente. Em outros termos: exposto o problema em toda sua complexidade e desde que nos empenhemos neste caminho, a marcha fatal da insensatez talvez seja inevitável...

Qual seria o objetivo da polêmica que se instala? Estabelecer uma política de desenvolvimento da Amazônia, adequada às suas peculiaridades e ecológicamente sustentável através do tempo, para o benefício de nossa população. Tal política, não deverá prejudicar as populações de outras nações.

Aos aspectos físicos peculiares acrescentam-se aspectos sociais igualmente específicos. De um lado, o fato de o Brasil ainda possuir uma fronteira agrícola, uma franja pioneira a ser ocupada, leva para a região amazônica, ao longo das estradas de penetração de Goiás, Mato Grosso, Pará e Rondônia, lavradores, garimpeiros, fazendeiros e prestadores de serviços típicos de todo "far-west". De outro, constata-se a presença importante dos habitantes da região, as nações indígenas alcançando hoje população estimada em 200 mil. Nações neolíticas, relativamente nômades, di-

vididas em grande número de tribos pequenas, com graus diversos de aculturação necessitam de vastos territórios adequados a seu modo de produção e sustento. Este "povos da floresta" constituem aspecto vital de qualquer política de desenvolvimento. É surpreendente, por exemplo, que 9 mil yanomani estejam se confrontando com 50 mil garimpeiros, na tentativa de salvar seus rios do envenenamento por mercúrio.

Estes dados físicos e sociais já seriam suficientes para revelar alguns equívocos da estratégia de ocupação desta região, proposta pelo governo na década de 70, baseada no baixo custo da terra e incentivando a pecuária extensiva. Para implementar este erro de princípio, qual era a "tecnologia" disponível? Nem motosserra, nem educação, nem caminhão, nem estradas estavam realmente disponíveis. Apenas a caixa de fósforos e o trabalho do pioneiro. A costumeira fuga para a frente, então induzida pelo Incra e pela Transamazônica, é um símbolo que infelizmente ainda persiste; ele dá margem a ganhos, assim como à irreparável perda de recursos naturais. Enfim, uma estratégia nacional estúpida, incentivando a voracidade e o desperdício!

O zoneamento ecológico é, de fato, a nível técnico, a base para a política de inevitável ocupação da atual fronteira agrícola. É provável que deste zoneamento decorram a preservação absoluta de vastíssimas áreas, para ambientalista algum botar defeito.

Além da capacidade extrativista e agrícola deve-se incluir o mapeamento dos demais recursos naturais: os hídricos e os minerais.

E, isso levará a uma discussão que vai revelar conflitos de interesses. É preciso desnudá-los e não escamoteá-los. Por exemplo: superpondo-se um mapa de registros de lavras a um mapa de territórios indígenas, observa-se coincidências. O que fazer: deslocar indígenas ou impedir lavras? Essas alternativas deveriam ser decididas pelo Congresso, após vasto debate e consulta popular, mormente aos interessados. E acho perfeitamente

possível que a nação decida manter intocada parte dos recursos minerais do subsolo, aguardando-se que, sem pressão nem aceleração do processo, se complete um processo natural de aculturação. E se o tempo tiver que ser contado em séculos, que o seja: os recursos minerais continuarão guardados. Mas é preciso que a decisão seja tomada com lucidez e que o mundo saiba de como ela foi tomada.

Não há porque nos escandalizarmos pelo fato de grupos diversos perseguirem objetivos que resultam conflitantes. Estes interesses podem inclusive, alinhar-se de forma bizarra, dependendo do caso em pauta. Por exemplo, na exploração dos minerais da Amazônia poder-se-á encontrar empresas estrangeiras em campos diferentes, umas favoráveis ao adiamento da exploração da bauxita ou da cassiterita (a fim de aumentar o seu preço internacional) e circunstancialmente favoráveis, por isso, à causa preservacionista e indigenista; e outras empresas estrangeiras na posição contrária, ao lado talvez de setores militares brasileiros e de mineradoras internacionais.

O importante é que surja dos conflitos um crescente consenso sobre o significado do vocábulo desenvolvimento. Este não existe quando apenas cresce a economia, às custas da injustiça social e do desbaratamento do meio ambiente e seus recursos. Como também não existiria, se todo o ambiente virasse santuário intocável, pagando-se isto com desemprego, fome ou o aumento da concentração da renda. O verdadeiro desenvolvimento só existe quando crescimento da economia, qualidade de vida, conservação ambiental e equidade social avançam sinergicamente.

A insensatez, no Brasil e no exterior, também tem dado relevo a mal colocados problemas de soberania nacional. Hoje em dia uma suposta "internacionalização" da Amazônia — que ninguém propôs — só ocorreria se o Brasil a quisesse. Não há como impô-la. A preservação da soberania só depende de nós. E não a preservaremos meramente através de ocas declarações ou através de pichações racis-

tas; e, sim, sabendo tomar conta do que é nosso.

Nem sempre soubemos fazê-lo. Cometemos, sem grande ajuda do exterior nas decisões tomadas, erros em demasia, projetos desastrosos para o nosso meio ambiente e para o desenvolvimento nacional. Quando se passou a exigir (1986) que todo projeto de rodovia, usina, porto, urbanização ou canalização incluisse um estudo de impacto ambiental (EIA-RIMA), objetivava-se em última análise que esses projetos de engenharia fossem melhores e mais adequados. Hoje esta medida é impositiva; mas amanhã será tão inconcebível ignorar, em um projeto, a questão ambiental, quanto seria hoje inconcebível omitir o cálculo estrutural de uma ponte. No entanto ainda há muito órgão governamental nos setores de transportes, de energia e de mineração que ignora a exigência do estudo de impacto ambiental e pratica a velha tática do fato consumado. E no setor privado, nacional, internacional ou transnacional, ainda domina a voracidade incauta.

As críticas e acusações do exterior à atual política amazônica podem ser examinadas com serenidade e respondidas sem complexos. E em lugar de limitarmos a maldizer idéias de fora, (algumas até aproveitáveis, aliás, como o uso de parte da dívida para, em contrapartida, acelerar a implantação de um ou outro projeto ambiental que nos interesse, por que não partir para a autocritica, a reflexão, o debate e a ação? Nenhum interesse estrangeiro pode nos impedir de assim proceder. Se conseguirmos substituir a voracidade do vale-tudo pela reflexão e pelo planejamento, poremos em marcha o verdadeiro desenvolvimento, o do crescimento da economia com preservação ambiental. Este é o desafio! E esta marcha poderá vir a ser finalmente a da sensatez. Mas, para tal, é preciso vontade política, conhecimentos, consciência, participação social... e muito trabalho.

JORGE WILHEIM, 60, arquiteto e urbanista, é secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (governo Quéricio).